



Maria da Conceição, nervosa: uma conspiração envolvendo imprensa e bancários quer derrubar Funaro

# Conceição volta à cena

Professora quer adiar plano e denuncia complô

**CESAR FONSECA**  
Da Editoria de Economia

Enquanto não for concluída a negociação da dívida externa com os credores internacionais, o Governo não deve — porque é inútil — elaborar nenhum plano econômico de estabilização para conter a inflação, simplesmente porque as decisões de política interna dependem essencialmente do resultado satisfatório de um acordo com os bancos, disse, ontem, a economista Maria da Conceição Tavares, ativa participante das discussões sobre os rumos da política econômica com os assessores do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, os economistas Luis Gonzaga de Mello Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello. Não há plano sem negociação da dívida, insistiu.

A crise cambial está no centro de toda a discussão econômica hoje no País, ressaltou Conceição, de forma tal que se não for acertada com os credores uma negociação satisfatória, de nada adiantará colocar em prática as idéias defendidas pelos economistas Pêrsio Arida e André Lara Resende — ex-diretores do Banco Central, pais do Cruzado, convocados pelo Presidente para elaborar novo plano econômico — em favor de uma indexação geral da economia através da oficialização de uma nova moeda que seria a OTN — Obrigação do Tesouro Nacional — acompanhada de um ajuste drástico do setor público e a complementação do realinhamento de preços.

A premissa exigida pelos credores de que se o Gover-

no não apresentar um plano econômico dificilmente haverá encaminhamento da negociação da dívida com desembolso de recursos novos ao País é, segundo Conceição Tavares, “conversa fiada”. Ocorre exatamente o contrário, diz ela, sem negociação da dívida não será possível fazer nenhum plano, pois o País não terá condições de fixar metas de inflação, de expansão do crédito, de controle do déficit do setor público e do câmbio. Tudo ficará indefinido, diz, e não será possível sair da política de curto prazo para uma de longo onde a garantia exigida pelos credores de pagamento dos juros poderia ser delineada com clareza.

## SEGUNDO SEMESTRE

Conceição Tavares previu que até o final do semestre o Governo estará implementando políticas de curto prazo, lutando para evitar a recessão. Os preços continuarão oscilando, “fazendo marola”, para se fixarem em novo patamar, após a fase do realinhamento geral, e o gatilho continuará disparando para reajustar salários sempre que a inflação alcançar 20 por cento. Ela admitiu que já está em curso uma política de estabilização que se reflete na redução gradual do consumo, porém, três fatores anticíclicos atuam para evitar a recessão, que são a garantia de reajuste salarial automático pelo gatilho, a safra agrícola que contrabalançará a tendência de alta dos preços na fase do realinhamento e a decisão de investir Cz\$ 120 bilhões através do FND (Fundo Nacio-

nal de Desenvolvimento).

A fase de implementação de medidas de curto prazo durará enquanto prosseguir o realinhamento, até final do semestre. Até lá, previu, a inflação ficará em torno de 13 a 14 por cento. No segundo semestre, finalizando o ajuste de preços, a inflação cairá para uma média de 8 a 9 por cento, previu. A partir daí, então, será possível implementar medidas de maior alcance. Nessa fase, Conceição Tavares destacou que diversas possibilidades podem ser contempladas, como a eliminação do gatilho salarial e, talvez, um novo congelamento de preços.

Contida a inflação, disse, se tornará desnecessária a manutenção do gatilho, porque poderá ser restabelecida a livre negociação, com a garantia de reajustes integrais para faixas de rendas mais baixas. Quanto à possibilidade de um novo congelamento, destacou, “dependerá dos empresários”. Depois de realinhados os preços, estes submetidos à fiscalização do CIP/Sunab, o congelamento será desnecessário, a menos que os empresários não aceitem as regras do jogo, alertou.

Para Conceição Tavares, é muito difícil fixar metas para a economia este ano, conforme reivindicam os credores internacionais. “Como fixar metas para os meios de pagamento e para a base monetária se a economia atravessa uma fase de desmonetização, através da colocação em prática de uma política de juros reais?... Quem deixa depósitos à vista em bancos? Ninguém. Coloca na pou-

pança; então, não adianta o Governo fixar metas monetárias”.

Já em relação à política fiscal, disse, o Governo cortará excesso de gastos e encaminhará ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária, que visa a fixação de um novo perfil da Federação, com responsabilidades definidas para o Governo Federal, estadual e municipal.

Portanto, lembra a professora, com ares de irritação frente à insistência do repórter, sobre o perfil do plano econômico oficial, o programa econômico do Governo já está delineado: conter gradualmente a inflação, reduzir o déficit público e garantir os investimentos para evitar a recessão — “O resto é besteiro!”

Segundo Maria da Conceição Tavares, existe uma ação articulada da imprensa e de setores de direita para derrubar o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. O Governo adotou uma posição de soberania junto aos credores externos, incomodando-os, e a imprensa não está focalizando devidamente os argumentos de forma imparcial por parte dos parlamentares do PMDB e dos economistas que estão defendendo tal posição.

O centro da discussão, no momento, ressaltou, é a dívida externa, mas a imprensa, mediocrementemente, busca fazer fofoca, dando destaque para assuntos menos importantes, trabalhando, dessa forma, para não atender aos interesses dos que desejam — os banqueiros internacionais — defender a soberania nacional.